

EDUCAÇÃO HISTÓRICA E PATRIMÔNIO IMATERIAL: A LENDA DA CAVEIRINHA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM HISTÓRICA (2010)

Evandro Cardoso do Nascimento – FAFIPAR¹
evandrohistoria@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa enquadrada no âmbito educacional, que propõe analisar as possíveis relações entre o patrimônio imaterial e a educação histórica no processo de ensino e aprendizagem. Com o objetivo de delimitar esta temática, optou-se por trabalhar com o patrimônio imaterial do município de Paranaguá PR, com alunos do 1º e 2º ano do ensino médio noturno da Escola Estadual Professora Carmem Costa Adriano, localizada no bairro Bertiooga no município de Paranaguá. A investigação foi realizada através do Projeto Mário de Andrade “Re-Conhecendo o Patrimônio Imaterial” aplicado na escola entre os meses de maio e julho de 2010.

Para delimitar ainda mais este campo de investigação optou-se por trabalhar com a *Lenda da Caveirinha* (conto tradicional do litoral paranaense) (ANEXO A), enquanto fonte histórica para a construção de narrativas a serem produzidas pelos alunos. A lenda trata de uma expressão popular que remete ao período histórico da escravidão no município, entre os séculos XVIII e XIX, e que pode permitir uma análise, em sala de aula, sobre este conceito substantivo da história, além de possibilitar que os saberes populares sejam relativizados e relacionados frente aos saberes escolares na construção do conhecimento histórico.

Neste sentido o trabalho em sala de aula com o patrimônio imaterial local, caracterizado pela sua forma de expressão, pode constituir uma alternativa para desenvolver a compreensão histórica dos alunos, pois a proximidade com o tema possibilita maior empatia dos alunos com relação ao passado histórico, criando uma identidade histórica com a comunidade local. Porém, como podemos utilizar fontes de qualidade imaterial em sala de

1 Graduado em História na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Paranaguá PR. Pesquisa realizadas na Escola Estadual Professora Carmem Costa Adriano no município de Paranaguá PR.

aula? Quais tipos de pesquisas poderiam ser realizadas com estas fontes? Como construir didaticamente esses conhecimentos? Estas entre outras questões problematizam esta investigação, que busca contribuir para o campo da educação histórica através de uma análise da cultura popular no contexto escolar, procurando identificar suas possibilidades didático-pedagógicas.

Nesta perspectiva a presente pesquisa objetiva analisar a compreensão histórica dos alunos, após o trabalho em sala de aula, com o patrimônio imaterial parnanguara, tomando como princípio a construção de narrativas históricas; outros objetivos se constituem em analisar o processo de ensino e aprendizagem, a partir da aproximação de alunos de classes populares à história local, por meio da cultura popular; e realizar um levantamento, do patrimônio imaterial do município, utilizando-o como fonte de pesquisa para construção de narrativas históricas.

Tendo como ponto de partida as teorias históricas elaboradas por Jörn Rüsen sobre os conceitos de *consciência histórica* e *narrativa histórica*, e os conceitos elaborados por Peter Lee, tais como, *empatia histórica* e *conceitos de segunda ordem*; este trabalho busca dialogar estas referências com a linha de pesquisa da educação histórica dentro de uma proposta de educação patrimonial.

Os métodos utilizados foram selecionados sob as perspectivas da educação histórica, que visa à utilização de fontes primárias no ensino. Seguindo essas características este trabalho é estruturado em quatro seções, onde primeiramente trata das questões teóricas que norteiam as pesquisas em torno do patrimônio imaterial, buscando definir este conceito e investigar os critérios legislativos que protegem estes bens e os torna parte integrante do processo de ensino; na segunda seção são expostos dos conceitos históricos propostos nas teorias de Rüsen, que norteiam esta pesquisa; na terceira seção buscam-se referências teóricas para trabalhar o patrimônio imaterial em sala de aula, na perspectiva da educação histórica; na quarta seção são expostos os elementos metodológicos da pesquisa a partir das investigações realizadas através do projeto aplicado. E para finalizar, apresento as considerações finais e principais conclusões deste trabalho.

2. PATRIMÔNIO IMATERIAL: CONCEITUALIZAÇÃO E FORMAS DE PROTEÇÃO

O patrimônio imaterial ou intangível pode ser compreendido como o conjunto de bens culturais simbólicos. Tais bens compõem a cultura tradicional, em relação à memória coletiva e ao estabelecimento de identidades culturais, seja ela de caráter nacional, regional, local ou até mesmo relativo a grupos étnicos. Neste sentido as práticas, ações, manifestações e saberes culturais, se constituem bens de caráter patrimonial, capazes de fornecer sentidos à vida prática, e criar identidades culturais, a partir de suas permanências e continuidades históricas.

Até a década de 1970, o conceito que se tinha de patrimônio era voltado às categorias *materiais*, que define o mesmo enquanto um conjunto de bens naturais e arquitetônicos (SANT’ANNA, 2006, p. 15). Durante muito tempo, a imaterialidade dos bens culturais atuava em uma área periférica das discussões internacionais, e as políticas de preservação eram, na maioria, voltadas ao restauro e conservação do patrimônio material “*pedra e cal*”, desconsiderado os aspectos imateriais destes patrimônios.

Logo com a abrangência do estudo em torno do patrimônio imaterial, surgem também novos questionamentos sobre as formas de se preservar este patrimônio, pois se torna necessário pensar formas, de preservar a imaterialidade dos bens patrimoniais, “pois, de fato, mais ainda do que qualquer outro, o patrimônio imaterial nasce, vive e morre” (LÉVI-STRAUSS, 2006, p. 81), tornando assim, necessária a sua preservação.

Preservar a imaterialidade, esta intimamente ligada à perpetuação dos bens entre as gerações, isto é, a continuidade das práticas culturais é o alvo da preservação. Neste sentido deve ser priorizada, a transmissão às novas gerações dos modos de fazer, das manifestações artísticas, da memória, das celebrações entre outros bens, que compõem a imaterialidade.

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), junto ao GTPI (Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial), procura sistematizar o patrimônio imaterial em pelo menos quatro categorias, que aproximam esses bens culturais, são elas expostas através do registro que segundo o Decreto 3.551/2000 são: I. Livro de Registro dos Saberes, II. Livro de Registro das Celebrações, III. Livro de Registro das Formas de Expressão, IV. Livro de Registro dos Lugares.

O registro do patrimônio cultural imaterial pode receber reconhecimento dentro de todas as esferas da sociedade, desde a comunidade local até a comunidade internacional, recentemente a UNESCO realizou em Paris uma convenção internacional para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, que repercutiu no Brasil a promulgação do Decreto nº 5.753 de 12 de abril de 2006 que define o patrimônio cultural imaterial em

Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (BRASIL, Decreto nº 5.753/2006).

A partir deste decreto podemos detectar uma nova percepção acerca da interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e material, onde as dicotomias não aparecem mais separadas por ordens ou juízo de valor, mas completam-se formando a cultura de um povo. Também percebemos a participação ativa das comunidades no processo de registro, salvaguarda e proteção dos bens culturais simbólicos, onde o papel destes torna-se indispensáveis no reconhecimento destas manifestações.

A preocupação legislativa com relação à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial ganham novas projeções, que buscam

medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (BRASIL, Decreto nº 5.753/2006).

A partir desta nova perspectiva legislativa, a educação formal e não formal torna-se igualmente responsável pelo processo de transmissão cultural do patrimônio imaterial brasileiro. Considerando a importância que a educação escolar tem no processo de transmissão da cultura tradicional e coletiva, a proposta deste trabalho é desenvolver alternativas que possibilitam o ensino destes conteúdos a alunos de classes populares, com a finalidade de desenvolver o conhecimento histórico dos alunos por meio do patrimônio imaterial pensado enquanto cultura popular.

3. HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

A reflexão aqui apresentada procura explorar os possíveis diálogos entre a ciência da história e a educação patrimonial no contexto da educação histórica. Para tanto, busca-se delimitar as *categorias históricas* utilizadas nesta pesquisa como um todo, interpretando seu universo no contexto das salas de aula. Para o conceituado pesquisador alemão Jörn Rüsen, as categorias históricas, “não se referem diretamente a nenhum estado de coisas, mas estabelecem a qualidade histórica da mudança temporal, por exemplo, continuidade, progresso, desenvolvimento, evolução, época” (RÜSEN, 2007, p. 93). Neste sentido os *conceitos de segunda ordem*², interpretados por Peter Lee, tais como, *explicação histórica*, *narrativas históricas*, e *evidências históricas* são inclusos no que Rüsen classifica como categorias históricas.

Ao se tratar da educação patrimonial no contexto escolar, emergem inúmeras questões relativas ao ensino e a conscientização dos alunos. Ao se tratar da educação patrimonial na disciplina de história, estas questões ganham caráter mais específico, próprio da ciência histórica. Neste sentido a educação patrimonial ganha nova perspectivas, onde objetiva-se a reconstrução do passado histórico por meio do patrimônio histórico. Considerando que os bens patrimoniais

estão vinculados com a origem, com um passado que não cessa e que é sempre presente, buscando e encontrando novos meios de expressão, novas linguagens, valores, ideias, levando à repetição do mesmo, em um processo de atualização e sobreposição na construção de identidades. (MAGALHÃES, 2009, p. 37)

A disciplina da história se utiliza do patrimônio histórico enquanto fonte histórica, capaz de fornecer informações do passado histórico das sociedades sob as representações da memória coletiva, desenvolvendo a formação do pensamento histórico dos alunos.

No processo de formação da consciência histórica são consideradas as experiências dos alunos em relação à sua cultura e ao seu cotidiano, onde o patrimônio histórico, em

2 Tais conceitos englobam o pensamento histórico operante por meio de evidências, narrativas e mudanças, que estão envolvidos em qualquer história independente do conteúdo. (LEE, 2005)

especial aqueles voltados à imaterialidade, estão presente direto ou indiretamente, relativizados nas experiências e vivências culturais dos alunos e de suas comunidades.

Seguindo este pensamento, podemos definir a consciência histórica, no contexto da educação patrimonial, enquanto um processo de formação e/ou reconhecimento da identidade histórica, onde o aluno formula interpretações sobre si e sobre sua sociedade no tempo, evidenciando seus costumes, saberes, crenças e práticas culturais. Estas interpretações formuladas pelos alunos são expressas por meio de narrativas históricas, obviamente quando narram o passado histórico, não buscam gerar novo conhecimento histórico por meio desta narrativa (isso caberia ao historiador), mas buscam interpretar o passado histórico, numa perspectiva pessoal, que objetiva gerar uma identidade e/ou reconhecimento histórico voltado a sua vida prática. Neste sentido

A narrativa constitui (especificamente) a consciência histórica na medida que recorre a *lembranças* para interpretar as experiências do tempo. A lembrança é, para a constituição da consciência histórica, por conseguinte, a relação determinante com a experiência do tempo. [...] O passado é, então, como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que ecoa, o que lhes é presente sob forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um futuro com sentido. (RÜSEN, 2001, p. 62)

Assim as narrativas históricas, elaboradas pelos alunos buscam interpretações fomentadas por carências de orientação do sofrer e agir no tempo, isto é, buscam respostas a questões atuais, com o objetivo de fornecer sentidos aos acontecimentos que estão narrando.

Em suma, uma aprendizagem histórica que tem por objetivo a formação de uma consciência histórica, caracteriza-se por fornecer ao aluno instrumentos necessários para uma compreensão histórica mais complexa, onde as relações entre presente e passado sejam fundamentadas em narrativas coerentes, que se prestem de uma orientação no tempo e no espaço humano (SCHMIDT, 2009, p. 39). Considerando o patrimônio imaterial enquanto fonte histórica na construção de narrativas históricas, a subjetividade dos alunos-pesquisadores, serão expostas nas narrativas, enquanto a objetividade busca um autoconhecimento voltado a sua identidade histórica.

4. EDUCAÇÃO HISTÓRICA E PATRIMÔNIO IMATERIAL: POSSIBILIDADES PARA A SALA DE AULA.

Na educação histórica conhecer as ideias históricas dos alunos é o passo fundamental para a seleção de métodos a serem utilizados; nesta perspectiva, a educação histórica busca valorizar os conhecimentos prévios de cada aluno com o objetivo de construir o conhecimento histórico; a ideia não é fazer de cada aluno um historiador, mas um dos objetivos fundamentais é “a aquisição de uma consciência histórica para que os indivíduos possam se situar em relação aos seus ancestrais e a seus contemporâneos, e entenderem melhor a vida que lhes é dada a viver” (CERCADILHO, 2009, p. 9).

A árdua tarefa de instigar os alunos a compreender as pessoas do passado torna-se mais acessível quando nos dedicamos a ensinar os alunos a *pensar historicamente correto*; para o conceituado pesquisador Peter Lee, a progressão da consciência histórica dos alunos é construída a partir do princípio da empatia histórica³. Para Schmidt, no processo de aprendizagem da História, o conhecimento é obtido quando os fatos do passado, coisas que aconteceram no tempo de forma objetiva aos seus sujeitos, tornam-se subjetivas à medida que são compreendidos conscientemente pelos alunos; estes fatos passam a ganhar significado, pois a aprendizagem histórica é um processo consciente de compreender fatos em um movimento dialético, isto é,

primeiramente é a aquisição de experiências no decorrer do tempo (formulado de maneira abstrata: é o subjetivismo do objeto) e, em segundo lugar, é a possibilidade do sujeito para analisar (ou seja, o objetivismo do sujeito). (SCHMIDT, 2009, p. 33).

A objetividade das pessoas do passado deve ser considerada pelos alunos no processo de empatia, segundo Peter Lee é possível considerar conscientemente esta objetividade sem as aceitar; segundo ele “podemos ainda perceber como terá feito sentido aquele tipo de actuação se entendermos as questões enquadradas num conjunto de circunstâncias, face a um conjunto

3 Nessa perspectiva, empatia histórica é “algo que acontece quando sabemos o que o agente histórico pensou, quais os seus objectivos, como entenderam aquela situação” (LEE, 2003, pg. 20)

de objetivos” (LEE, 2003, p. 21). No progresso do conhecimento histórico dos alunos, o reconhecimento de sua identidade, formula ideias históricas mais complexas, a partir da compreensão das pessoas do passado:

Isto não significa que essa aprendizagem seja empiricamente apresentada de forma fragmentada e seca (objetiva) e simplesmente reproduzida conscientemente – ou seja, simplesmente objetiva. Isto não significa que a pessoa que está aprendendo seja simplesmente e passivamente entregue ao que a História está ensinando, mas que ocorre um movimento de autoconhecimento, que pode ser expresso por meio da narrativa histórica. (SCHMIDT, 2009, p.33)

A empatia histórica envolve sentimentos, e no processo de compreensão das pessoas do passado, os alunos necessitam considerar esses sentimentos, claro de que maneira subjetiva, sabendo que os sujeitos históricos realizaram tais atos sentindo os sentimentos apropriados às situações de sua época.

Seguindo esta direção Peter Lee ainda elaborou um modelo de progressão da consciência histórica dos alunos, segundo este modelo o nível máximo de empatia histórica encontra-se quando o aluno relaciona as ideias e valores das pessoas do passado no contexto material, assim “alguns alunos compreendem que as convicções e práticas particulares se relacionam com um sistema de valores e práticas mais ou menos coerente que são o seu suporte” (LEE, 2003 p. 27). À medida que os alunos estabelecem relações para os fatos do passado em um contexto mais amplo e diversificado, sua capacidade de interpretação aumenta e os acontecimentos históricos passam a ganhar significado para eles (processo em que o aluno atribui sentidos aos acontecimentos históricos, isto é, subjetivação), abrindo caminho para criação de identidades (processo de formação da consciência histórica, isto é, subjetividade que se objetiva por meio de uma ação intencional).

Seguindo o triângulo, patrimônio cultural imaterial / história local / educação histórica, o trabalho com fontes, enquanto evidências do passado constitui uma forma de desenvolver esta consciência histórica dos alunos (EHLKE, 2008). A utilização da *Lenda da Caveirinha*, enquanto fonte de pesquisa para construção de narrativas escritas pelos alunos possibilita que o conhecimento popular seja pensado historicamente; a subjetividade dos alunos é considerada no processo de ensino, fazendo com que a consciência histórica seja construída no contexto social e cultural do aluno.

Considerando os aspectos legislativos, que atribui à educação escolar a responsabilidade de transmitir didaticamente a cultura imaterial, uma educação patrimonial transformadora parte dos seguintes princípios:

- A necessidade do reconhecimento de seu contexto imediato, de sua localidade, indo além do patrimônio oficial, e assim, de uma concepção tradicional de identidade nacional;
- É libertadora, ao permitir a coexistência, conflituosa ou não, de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a denominar de patrimônio;
- O foco na apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidade de entendimento acerca do patrimônio;
- O local como espaço do plural, do móvel, onde o indivíduo estabelece relações sociais culturais com outras localidades;
- Valorizar as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, o local. (MAGALHÃES, 2009, pg. 51)

Os vínculos estabelecidos pelos alunos e a capacidade de relacionar a história local com uma história mais ampla, são de extrema importância na construção desta consciência histórica, somente assim os alunos compreendem as construções das narrativas históricas e passam a construí-las independentemente a partir das fontes primárias. Neste sentido

O Patrimônio Imaterial na Educação Histórica poderia se enquadrar no patamar das experiências e das investigações e contribuir para consolidar a investigação no Ensino de História, porque estimula e eleva a identidade do aluno, pois permite que as suas crenças, os saberes guardados na família, na comunidade, sejam considerados e relativizados frente a outras experiências do passado e do presente. (EHLKE, 2008)

Os alunos tendem a se identificar com a história, quando os fatos se aproximam deles. O trabalho com fontes históricas patrimoniais na qualidade imaterial e local aguçam as percepções dos alunos com relação às referências culturais, no contexto de sua comunidade. A aproximação destes alunos a “lugares históricos” e suas referências culturais possibilita a valorização do patrimônio histórico e o reconhecimento do mesmo enquanto significativo na formação de uma identidade local.

As compreensões históricas exercidas pelos alunos são expressas por meio de narrativas históricas construídas pelos próprios alunos após intervenções pedagógicas, dentro do que Peter Lee chama de *conceitos de segunda ordem*; tais conceitos englobam o pensamento histórico operante por meio de evidências, narrativas e mudanças, que estão envolvidos em qualquer história independente do conteúdo, em contrapartida aos conceitos de

segunda ordem, encontram-se as *substâncias da história*, também chamados de conceitos substantivos, que correspondem aos conteúdos. Os “conceitos substantivos em história envolvem uma complicação não frequentemente encontrada nos conceitos práticos da vida cotidiana: seus significados mudam com o tempo, bem como com o espaço.” (LEE, 2005)

A Lenda da Caveirinha, pensada enquanto expressão popular da cultura afro-brasileira, está intimamente ligada ao período histórico da escravidão em Paranaguá, entre os séculos XVIII e XIX; neste sentido a utilização desta expressão cultural permite o trabalho com este conceito substantivo da história (escravidão em Paranaguá), além de garantir que os conceitos de narrativas e evidência histórica sejam parte no processo de construção da consciência histórica. Isso não quer dizer que os conceitos de segunda ordem sejam superiores ou mais importantes que os conceitos substantivos, mas no processo de construção da consciência histórica ambos exercem papéis indispensáveis e interdependentes.

A utilização da *Lenda da Caveirinha* enquanto fonte histórica no ensino da história surge como alternativa para trabalhar com os alunos os conceitos de segunda ordem; as fontes primárias de qualidade imaterial constituem evidências do passado, que permitem leituras empíricas dos alunos e construção de narrativas a partir da progressão da consciência histórica. Assim como os historiadores, os alunos passam a narrar sua própria história, estabelecendo vínculos identitários com o passado. Na esteira do pensamento de Husbands, Schmidt defende a ideia de que

[...] diferentemente dos historiadores, os alunos nas escolas não buscam gerar “novo” conhecimento por meio de evidências e narrativas históricas, mas geram novas compreensões históricas pessoais. Assim, uma das formas como os alunos e professores confere significado ao passado é pensar acerca da construção de narrativas ou versões deste passado. (SCHMIDT, 2009, p. 45)

Para os historiadores a compreensão da “cientificidade” própria da história ocorre de maneira mais concreta, e as relações da ciência histórica com a vida prática ganham significados mais complexos; porém para os alunos nas escolas, tal compreensão assume um caráter mais pessoal, isto é, a compreensão histórica se concentra em capacitar o aluno a situar-se no tempo e no espaço, gerando importante valorização de sua identidade.

5. METODOLOGIA DE PESQUISA: PROJETO MÁRIO DE ANDRADE “RE- CONHECENDO O PATRIMÔNIO IMATERIAL”

Os fundamentos metodológicos utilizados nesta pesquisa são baseados nos referenciais teóricos da linha de pesquisa da Educação Histórica, aplicados por meio do Projeto Mário de Andrade “Re-Conhecendo o Patrimônio Imaterial”. A investigação foi realizada na Escola Estadual Professora Carmem Costa Adriano, na cidade de Paranaguá PR, no período de 8 de maio a 10 de julho de 2010, e os encontros foram realizados aos sábados no período vespertino. A turma escolhida para a aplicação do projeto é mista, formada por alunos do ensino médio noturno, que cursam o 1º e o 2º ano; a média de idade destes alunos é de 20 anos e são na maioria trabalhadores.

5.1 A LENDA DA CAVEIRINHA E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS HISTÓRICAS

A Lenda da Caveirinha (ANEXO A) se constitui em um patrimônio imaterial próprio do povo parnanguara; mesmo que as pesquisas sobre esta manifestação cultural estejam ainda, em face de desenvolvimento pelo IPHAN através do INRC, é notória sua relevância na cultura parnanguara, pois se trata de uma forma de expressão lúdica da história e da cultura afro-brasileira e que faz parte da formação cultural das comunidades do litoral paranaense.

Uma leitura histórica da Lenda da Caveirinha possibilita reflexões sobre o período da escravidão em Paranaguá nos séculos XVIII e XIX. Além de relacionar o trabalho com este conceito substantivo da História, a lenda contribui para a compreensão histórica dos alunos com relação à localidade, e cria uma consciência da necessidade de preservação deste patrimônio.

Para trabalhar com os alunos, a Lenda da Caveirinha enquanto fonte histórica para a construção de narrativas foi reproduzido um vídeo (9 min. 22 seg.) editado pela Rede Paranaense de Comunicação RPC⁴, e um vídeo (8 min. 51 seg.) editado pela Escola Estadual Cidália Rebello Gomes⁵. Após os alunos assistirem os vídeos foram aplicadas duas questões, com o objetivo de explorar a interpretação histórica dos alunos, a primeira questão foi “Qual sua interpretação da lenda, no sentido de seu significado? (moral da história)”; e segunda questão foi “Escreva um texto identificando o que há de História na Lenda da Caveirinha”; esta atividade resultou em um total de 7 respostas que também foram tabuladas, conforme expõe o gráfico: (GRÁFICO 1: Ideias históricas dos alunos sobre a lenda da Caveirinha).

Na primeira questão os alunos usaram a imaginação para interpretar a lenda, este foi um momento que eles se divertiram. A segunda questão foi um momento de reflexão histórica, onde os alunos buscaram interpretar historicamente a Lenda da Caveirinha. Observando o GRÁFICO 1 e considerando que o personagem principal da lenda seja um escravo negro, das 7 respostas houve 4 referências explícitas ao período da escravidão e 2 referências implícitas, isto é, a maioria dos alunos relacionou a Lenda da Caveirinha ao período histórico de escravidão em Paranaguá; o interessante é que alguns alunos conseguem atribuir significados a lenda enquanto um patrimônio imaterial, como podemos perceber na seguinte resposta:

acho que a lenda se baseia totalmente em contextos históricos, como o fato de que a história ocorre no período da escravidão, e também o fato de usar elementos da história de Paranaguá, como por exemplo, a Fonte Velha, além de usar elementos materiais a lenda também utiliza elementos imateriais como a ideia de transmissão da lenda. (Cristian, 2º C).

Outro aluno diz: “*a lenda da caveirinha tornou-se um patrimônio imaterial por que esta guardada na memória das pessoas, e esta sendo passada de geração a geração*” (Fabiano, 1º B). Estas narrativas mostram que os alunos atribuíram sentidos históricos a lenda, e também perceberam que para preservar este patrimônio é necessária sua valorização e transmissão.

4 A Lenda da Caveirinha. Realização: Rede Paranaense de Comunicação. Direção: Fernanda Morini e Jussara Locatelli. Roteiro: Paulo Vítola.

5 A Lenda da Caveirinha. Realização: Escola Estadual Cidália Rebello Gomes. Produção: Programa Viva a Escola. Orientação: Professora Luciane E. da Silva.

Com base nos conhecimentos prévios dos alunos foram trabalhados em sala de aula, os conceitos de História e Patrimônio Imaterial, seguindo alguns dos princípios da psicologia genética, onde é defendida a ideia de que

todo novo conhecimento se origina a partir de conhecimentos anteriores. Os conhecimentos anteriores (quer dizer, as teorias e noções já construídas) funcionam como marco assimilador a partir do qual se outorgam significados a novos objetos de conhecimento. Na medida em que se assimilam novos significados a este marco, este mesmo vai se modificando, se enriquecendo. É assim que passamos de um estado de menor conhecimento a outro de maior conhecimento. Daqui deriva o sentido pelo qual é necessário levar em consideração os conhecimentos prévios nas atividades de ensino: estes conhecimentos constituem o marco assimilador a partir do qual os alunos outorgam significados aos conteúdos escolares. (AISENBERG, 2005, pg. 4)

Para trabalhar em sala de aulas o conceito de história a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, foram utilizados conceitos históricos de segunda ordem, sendo apresentado aos alunos noções de: narrativas históricas, evidências históricas, tempo histórico e empatia histórica. As aulas foram preparadas a partir de leituras de Peter Lee, Jörn Rüsen, Isabel Barca e Maria Auxiliadora Schmidt.

Para trabalhar o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial, foram utilizados textos legislativos, sendo os Livros dos Registros do Decreto 3.551/2000 o mais usado, sempre buscando relacionar os textos legislativos com o patrimônio cultural do município de Paranaguá.

Com o objetivo de desenvolver a consciência histórica dos alunos através da empatia histórica, partimos para a próxima fase do projeto, que se constituiu da pesquisa de campo. Nesta fase os alunos, com a orientação do professor, visitaram o Centro Histórico da cidade de Paranaguá com o objetivo de analisar o patrimônio histórico. Nesta ocasião os alunos seguiram o seguinte trajeto: Fonte Velha, local onde se desenvolve os acontecimentos da lenda; Senzala, um dos locais onde a lenda era reproduzida no passado; Igreja de São Benedito, onde os negros participavam das reuniões religiosas; e alguns casarões, que no passado possuíam senzala. Além do roteiro principal, os alunos puderam visitar: o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE); a Casa da Cultura Monsenhor Celso, onde havia uma exposição sobre o carnaval de Paranaguá; e a Festa da Tainha, onde os alunos presenciaram uma apresentação do Grupo de Fandango Mestre Romão.

5.2 METACONGNIÇÃO: A COMPREENSÃO HISTÓRICA DOS ALUNOS

Após a intervenção pedagógica e as pesquisas de campo (centro histórico), os alunos responderam duas questões, que tinham como objetivo analisar a compreensão histórica dos alunos após a pesquisa de campo (Aula Oficina); a primeira questão aplicada foi: “Com base em suas ideias prévias, como você avalia sua progressão do conhecimento histórico, após a aplicação do projeto?” Esta questão teve por objetivo instigar uma auto avaliação de seus conhecimentos históricos; esta atividade resultou 4 narrativas, em uma delas o aluno trata do orgulho que o projeto lhe trouxe, através da história local: *“o que eu já sabia sobre patrimônio histórico imaterial foi ampliado, fazendo meu orgulho de ser parnanguara aumentar cada vez mais” (Cristian, 2º C)*. Outro aluno relata que aprendeu muitas coisas novas: *“meu conhecimento em história da cidade de Paranaguá aumentou muito participando do projeto [...] Eu nem sabia o que era imaterial hoje venho valorizar” (Fabiano, 1º D)*.

A segunda questão proposta aos alunos foi à mesma aplicada antes da pesquisa de campo: “Escreva uma narrativa histórica (texto) identificando o que há de história na Lenda da Caveirinha.” Nesta questão o objetivo é explorar dos alunos a compreensão histórica, a partir das atividades realizadas com a Lenda da Caveirinha enquanto fonte de pesquisa; esta questão resultou em 4 narrativas escritas pelos alunos, que foram tabuladas e categorizadas resultando o gráfico: (GRÁFICO 2: Referências Históricas na Lenda da Caveirinha).

Todos os alunos fazem referência ao período histórico da escravidão; um aluno consegue relacionar os acontecimentos da lenda com o período histórico, numa perspectiva bastante empática relatando que

Todo passado se torna história, e alguns acontecimentos ficam marcados na história, a Lenda da Caveirinha relata a história de um negro fofoqueiro, dentro da lenda temos a fontinha onde se deu o acontecimento, e a fonte está lá até hoje para comprovar a história, temos a senzala ao fundo do casarão, que comprova que ali viviam os escravos que serviam seus patrões. A lenda é uma história imaterial, ela esta viva em nossos pensamentos e está sendo transmitida de geração em geração. (Fabiano, 1º D)

Nesta narrativa o aluno relaciona a Lenda da Caveirinha ao negro, ao tempo histórico (passado), aos lugares de memória (fontinha e senzala) e a imaterialidade deste patrimônio visando sua preservação na comunidade. Outro aluno faz relações da lenda com contextos históricos mais abrangentes, como podemos perceber em sua narrativa:

Além do fato de ter sido criada há muitos anos atrás, a história da Lenda da Caveirinha é cercada de contextos históricos, como por exemplo, seu início que ocorre em um monumento histórico da nossa cidade, com uma figura que marcou muito a história de nosso país, que era o escravo negro. No decorrer de toda a história aparecem outros aspectos e lugares que nos transportam de volta ao passado de nossa cidade reforçando assim, ainda mais, a presença da história nessa lenda (Cristian, 2º C)

Este aluno relaciona a lenda ao tempo (muitos anos atrás), a Fonte Velha (monumento histórico), ao negro e a outros lugares do centro histórico (não especificados). Uma aluna relaciona a lenda aos sofrimentos dos negros no período da escravidão; enquanto outra aluna faz relações da lenda com os lugares históricos do centro da cidade e sua permanência histórica no tempo, em sua narrativa ela relata: *“o que há de história são os lugares que ainda existem [...] a história de muito tempo ainda você ouve sendo contada e guardada”* (Quézia, 1º D)

Nestas narrativas podemos perceber o potencial dos alunos ao se apropriar da Lenda da Caveirinha enquanto fonte histórica; e a facilidade que os mesmos encontram de narrar a história em torno deste patrimônio cultural. A pesquisa de campo (Aula Oficina) contribuiu consideravelmente para a construção destas narrativas escritas pelos alunos, pois ao reconhecer o centro histórico enquanto evidência do passado, os alunos narraram diversas leituras sobre o período da escravidão; e atribuíram sentidos e significados históricos, ao longo das narrativas, aos lugares de memória (monumentos históricos).

Em suma, o trabalho com a Lenda da Caveirinha enquanto fonte de pesquisa remeteu as narrativas ao período histórico da escravidão, possibilitando o trabalho com este conceito substantivo da história. As experiências dos alunos somaram para facilitar a compreensão

histórica dos mesmos, pois muitos deles conheciam a lenda popular, porém nunca refletiram historicamente sobre ela. Considerando que a aprendizagem histórica, surge de um movimento dialético de subjetivação (formação de sentidos), e objetivação (criação de identidades) (SCHMIDT, 2009, p. 33), a investigação realizada nesta pesquisa revela que, os alunos ao trabalhar com a história local, em um contexto patrimonial, reconhecem o objeto de estudo enquanto próprio e peculiar, e se identificam com o mesmo possibilitando uma aprendizagem mais completa e eficaz.

6. CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa revelam que o patrimônio imaterial local utilizado como fonte de pesquisa por alunos no ensino da história torna-se uma ferramenta útil, quando inserido sob a perspectiva da educação histórica. A investigação realizada mostra que, no processo de ensino e aprendizagem da história local por intermédio do patrimônio imaterial, ocorre um considerável progresso da compreensão histórica dos alunos. A Lenda da Caveirinha, pensada enquanto expressão popular da cultura e história afro brasileira condiciona uma análise histórica do período da escravização negra, que os alunos passam a interpretar de maneira mais empática e complexa.

Nas narrativas históricas escritas pelos alunos, a consciência histórica dos mesmos com relação ao passado histórico é revelada, mostrando que estes alunos conseguem relacionar o patrimônio imaterial com os lugares de memória do município, sempre interligados ao tempo histórico. Ainda antes da intervenção pedagógica os alunos, em seus conhecimentos prévios, conseguem atribuir sentidos históricos a Lenda da Caveirinha, e após a intervenção pedagógica eles alcançam um nível ainda maior de empatia histórica, passando a narrar a história numa perspectiva mais complexa.

A pesquisa histórica realizada pelos alunos com o patrimônio imaterial do município os aproximou à história local, permitindo que a cultura popular seja interpretada no processo de ensino, eles percebem que a história da cidade também é composta de valores culturais, que formam a identidade local. O inventário realizado junto aos alunos possibilitou o ensino da história através de fontes primárias, onde eles participaram de todas as etapas da

construção do conhecimento histórico. Através das Aulas Oficinas os alunos aprendem a ler e a escrever a história, ao visitar o centro histórico do município alguns alunos percebem o que antes não percebiam; os valores e significados históricos presentes nos monumentos, nos lugares de memória, nos saberes e nas práticas culturais agora são reconhecidos, e, a partir de leituras históricas ganham sentido, que os alunos passam a expressar por meio de narrativas, suas interpretações históricas.

Neste sentido a educação histórica garante uma educação patrimonial dinâmica e produtiva, que busca desenvolver a consciência histórica dos alunos, garantindo o reconhecimento e a preservação do patrimônio imaterial na comunidade escolar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AISENBERG, Beatriz. Didáctica de las ciencias sociales. Aportes y reflexiones. In. SCHMIDT, Maria Auxiliadora, GARCIA, Tânia Maria F. **Perspectivas didáticas na educação histórica**. PPGE/UFPR, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT04-2575--Int.pdf> Acesso em: 07 de julho de 2009.

BARCA, Isabel. In. SCHMIDT, Maria Auxiliadora, GARCIA, Tânia Maria F. **Perspectivas didáticas na educação histórica**. PPGE/UFPR, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT04-2575--Int.pdf> Acesso em: 07 de julho de 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei 3.551/2000**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/> Acesso em: 26/10/2010.

_____. **Decreto nº 5.753/2006**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/> Acesso em: 26/10/2010.

CERCADILHO, Lis. **Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica (prefácio)**. Aprender história: perspectivas da educação histórica. Org. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca. Coleção cultura, escola e ensino. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

EHLKE, Tania Gayer. **Patrimônio Imaterial e Educação Histórica**. Setor de Educação – DTPEN – Departamento de Teoria e Prática de Ensino. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/160-4.pdf?PHPSESSID=2009050613422228>. Acesso em: 18 de Setembro de 2008.

LEE, Peter. “Nós fabricamos carros e Eles tinham que andar a pé”: compreensão das pessoas no passado. In. BARCA, I. (org.) **Educação Histórica e Museus**. Braga: Uminho, 2003, p. 19-36.

_____. Progressão da compreensão dos alunos em História. In. BARCA, I. **Perspectivas em educação histórica**. Braga: Uminho, 2001.

_____. Putting principles into practice: understanding history. In: BRANSFORD, J. D.; DONOVAN, M. S. (Eds.). **How students learn: history, math and science in the classroom**. Washington, DC: National Academy Press, 2005. (tradução: Clarice Raimundo). Disponível em: <http://aim.psych.uic.edu/courses/aim/lesson.asp?Idcourselesson=836>. Acesso em: 18 de Setembro de 2008.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. **Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: O Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais**. (tradução de Jeanne Marie Claire Sawaya) In. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília. 4ª ed., 2006. (págs. 79-82)

MAGALHÃES, Leandro H. ZANON, Elisa R. BRANCO, Patrícia M. C. **Educação Patrimonial: da teoria à prática**. Londrina: Ed. Unifil, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Reconstrução do passado – Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: UnB, 2007.

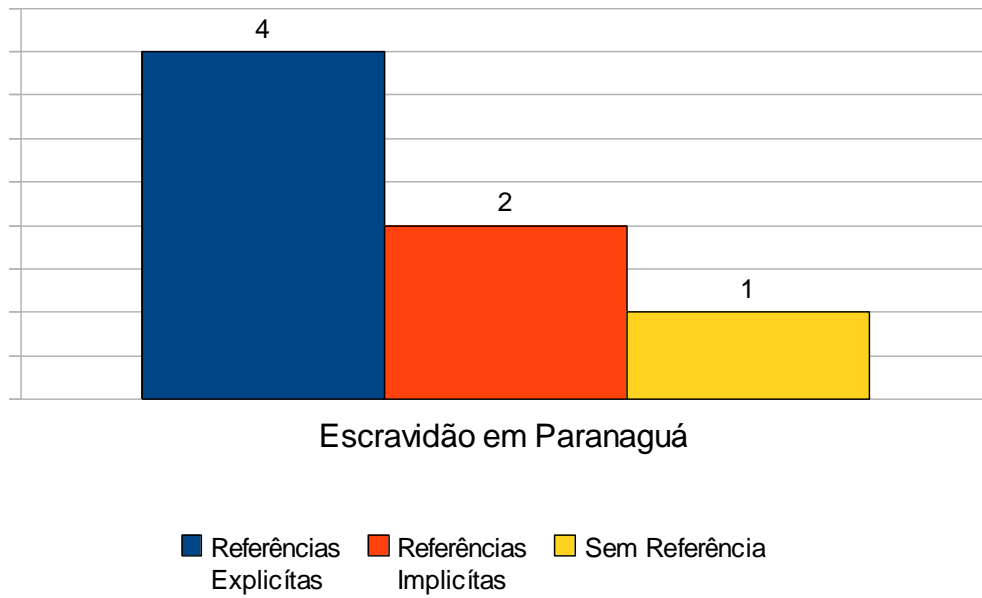
_____. In. SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Cognição histórica situada: que aprendizagem é esta?** Aprender história: perspectivas da educação histórica. Org. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca. Coleção cultura, escola e ensino. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. **Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**, In. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília. 4ª ed., 2006. (págs. 15-21)

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Cognição histórica situada: que aprendizagem é esta?** Aprender história: perspectivas da educação histórica. Org. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca. Coleção cultura, escola e ensino. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

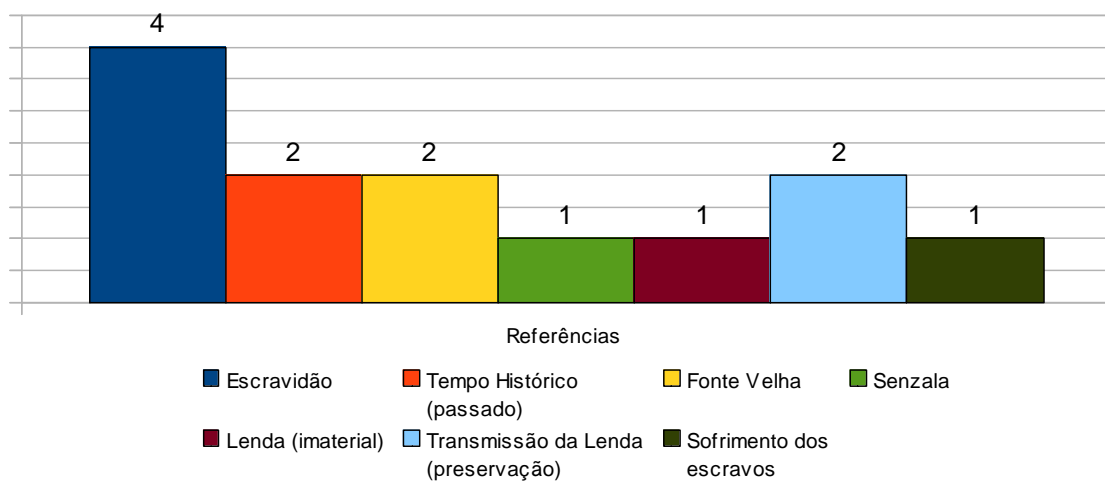
_____. GARCIA, Tânia Maria F. **Perspectivas didáticas na educação histórica**. PPGE/UFPR, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT04-2575--Int.pdf> Acesso em: 07 de julho de 2009.

GRÁFICO 1: Idéias históricas dos alunos sobre a Lenda da Caveirinha



Fonte: Escola Estadual Professora Carmem Costa Adriano, 1º Semestre 2010.

GRAFICO 2: Referências Históricas na Lenda da Caveirinha



Fonte: Escola Estadual Professora Carmem Costa Adriano, 1º Semestre 2010.

ANEXO A – LENDA DA CAVEIRINHA

A Lenda da Caveirinha

Um escravo muito tagarela, vinha da Fonte Velha, trazendo um pote d'água à cabeça. Ao atravessar o "Campo Grande", viu, encostado a uma velha figueira, um esqueleto humano.

Meio assustado, porém, por brincadeira e com vontade de falar, arriscou se a dizer ao esqueleto:

—Caveirinha, quem te matô?

—Foi a "língua". Ouviu ele o esqueleto responder.

—Achando graça, tornou a perguntar:

—Caveirinha, quem te matô?

E a resposta não se fez esperar:

—Foi a "língua"...

—Fez o negro à pergunta pela terceira vez, a mesma resposta ouviu:

—Caveirinha, quem te matô?

—Foi a "língua"...

O escravo, então, apressou o passo, não por medo, mas para chegar mais cedo à casa do amo; pois estava doidinho para soltar a língua, como sempre fazia, mentindo descaradamente.

Tão logo deixou o pote com água na cozinha, foi lépido, até a senzala nos fundos do quintal, para contar o caso aos companheiros de cativo, que havia falado com uma "caveira".

Alguns começaram a rir, gozando o escravo linguarudo. Outros, nem deram atenção, pois já conheciam as manhas e mentiras do negro. Mas um deles, muito crédulo, aventurou-se a contar ao amo a façanha do negro marombado, como diziam todos.

O patrão, cansado de saber das invencionices do escravo, mandou o chamar. Ele veio todo lampeiro. O patrão então perguntou.

—Que estória é essa do esqueleto falar, seu negro sem vergonha?

—Meu amo, eu juro que ovi a caveira falá...

—Você não perde o costume de soltar a língua. Não se emenda mesmo

—Mas eu vi a caveira e ovi ela falá. Eu juro que não tô mentindo. Ela tá lá...

—Você é um descarado. Não sabe que um esqueleto não tem vida? Como então poderia ele falar?

—Falô, sim sinhô, meu amo. Eu tô dizendo a verdade. Mecê pode aquerditá. Desta veis eu não tô mentindo.

—Jura em nome de Deus?

—Juro, por nosso Sinhô!

—Pois bem. Nós iremos ao Campo Grande. Queremos ver esse esqueleto se ainda lá está e também ouvi lo falar com você.

Mas fique certo do seguinte: Se o esqueleto ainda lá estiver e não responder à sua pergunta, eu mandarei amarrá lo ao tronco da figueira, junto ao esqueleto, para receber 100 chicotadas, a fim de nunca mais mentir...

E lá se foram todos, patrão, empregados e escravos, onde, de fato, encontraram um esqueleto encostado a uma figueira, no tal Campo Grande.

—Agora, disse o patrão: Fale negro sem vergonha, fale com ela.

—E o preto, já meio amedrontado; Caveirinha, quem te matô... Nada, o esqueleto não respondia. Tornou a perguntar:

Caveirinha, meu bem, quem te matô... Nem uma palavra. O negro, temendo já o castigo que ia receber e que por certo não agüentaria, começou a implorar: Caveirinha, minha boa amiguinha, diga, por favô, quem te matô. Diga, senão eu vô apanhá muito... O silêncio continuava...

—Pessoal, falou o patrão, amarrem esse marombado ao tronco da figueira e... Executem as minhas ordens. E foi se com os demais escravos.

O pobre escravo não agüentou o suplício... Morreu... Já era noite quando isso aconteceu.

Depois que os empregados foram embora, deixando o preto amarrado ao tronco da árvore, ouviu-se uma voz (a voz do esqueleto): "Eu não te disse que, quem me matou foi a língua?! Isso aconteceu no tempo da escravatura. Contavam os negros em suas senzalas, à noite.

PROVÉRBIO:

"Quem sempre mente, vergonha não sente e a morte está sempre presente".

Fonte: www.fumcul.com.br